Página 13

Nº 97 MAIO/2011

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

1º de Maio

O governo Dilma será tanto melhor, quanto mais combativa for a classe trabalhadora Págs. 6 a 10

- Líbia: não há solução com intervenção Pág. 14
- Entrevista com a ministra das Mulheres, Iriny Lopes Pág. 11
- Valmir: na rua e no parlamento, pela reforma agrária Pág. 24

EDITORIAL

Simplificando as coisas: o governo Dilma será melhor do que o governo Lula, se a classe trabalhadora for mais combativa. Neste sentido, Página 13 saúda as atitudes tanto da direção da CUT, quanto dos peões de Jirau. Assim como saudamos a Jornada do MST, realizada em abril, no sentido de recolocar na sociedade brasileira e junto ao governo a pauta da Reforma Agrária.

Complicando um pouco: o governo Dilma será melhor do que o governo Lula, se o Partido dos Trabalhadores comportar-se como dirigente do bloco democrático-popular" e mobilizar a sociedade em torno de alguns temas centrais: reforma tributária, reforma política, reforma agrária & urbana, democratização da comunicação, redução dos juros, 40 horas etc.

Complicando ainda mais: o governo Dilma e o PT atuam, hoje, num cenário latinoamericano e mundial muito mais complexos do que antes. Que vão exigir mais e não menos firmeza no combate aos Estados Unidos e seus aliados, inclusive para evitar escaladas bélicas que interessam exatamente a quem tem hegemonia militar.

Neste sentido, aplaudimos as críticas feitas pelo governo brasileiro aos ataques da Otan contra a Líbia; reiteramos que melhor teria sido votar contra a resolução aprovada no Conselho de Segurança da ONU, que foi utilizada como pretexto para os referidos ataques; e nos solidarizamos com a crítica feita por Celso Amorim, em artigo publicado na revista Carta Capital, ao voto do Brasil acerca do tema dos Direitos Humanos no Irã.

E por falar nisto: *Página 13* e a direção nacional da Articulação de Esquerda emprestamos total solidariedade ao companheiro Paulo Teixeira, deputado federal e líder de nossa bancada na Câmara dos Deputados, vítima recente do péssimo jornalismo da *Folha de S. Paulo*. Tráfico e consumo de drogas, aborto e outros temas, merecem um debate tranqüilo e sereno. Coisa que a velha e a nova direita são incapazes de fazer, pois a eles interessa manipular o preconceito contra o PT.

Os editores

AGENDA 2011

Maio

- **01** dia internacional de luta da classe trabalhadora.
- **06** Congresso de Base em Alto Longa (PI).
- **06 a 08** Congresso Estadual em Goiás.
- **07** Congressos de Base em Buriti dos Lopes e Parnaíba (PI).
- **13** Congresso de Base em Francisco Santos (PI).
- **14** Congresso de Base em Pio IX (PI).
- **14** Congresso de Base no Rio de Janeiro (RJ).
- **15** Congresso de Base em Oeiras (PI).
- **18 a 22** XVII Encontro do Foro de São Paulo, em Manágua.
- **21** Congresso de Base na Baixada Fluminense, sediado em Nova Iguaçu (RJ).
- **21** Congresso de Base em Altos (PI).
- **21** Congresso de Base em Vitória (ES).
- **20 a 22** Congresso Estadual no Amazonas.
- **27** Congresso de Base em Teresina (PI).
- **28** Congresso de Base em Vilha Velha (ES).
- **28** Congresso de Base no Interior, sediado em Macaé (RJ).
- **28** Congressos de Base em Angical e Amarante (PI).
- **31** Data limite para realização dos congressos de base (municipais ou regionais) da AE.

Junho

- **03 a 05** Congresso Estadual no Distrito Federal.
- **04** Congressos de Base em Cristino Castro e Manoel Emídio (PI).
- **05** Congresso de Base em Canto do Buriti (PI).
- **05** segundo turno das eleições no Peru
- **07** Congressos de Base em Nova Andradina, Ivinhema, Glória de Dourados, Batayporã (MS).
- **15** Congressos de Base em Dourados, Caarapó, Rio Brilhante, Douradina, Vicentina, Maracajú, Antonio João, Bela Vista, Ponta Porã (MS).
- **17 e 18** Congresso Estadual no Piauí
- **28** Congressos de Base em Campo Grande, Terenos, Sidrolândia, Dois Irmãos, Nova Alvorada do Sul, Água Clara, São Gabriel do Oeste e Camapuã (MS).
- **30 a 03** Seminário sobre Governos Progressistas e de Esquerda na América Latina.

Julho

- **01 e 02** Congresso Estadual no Amapá.
- **01 e 02** Congresso Estadual no Espírito Santo.
- **02** Congresso Estadual no Rio de Janeiro.
- **02 e 03**Congresso Estadual em Alagoas.
- **02 e 03** Congresso Estadual em Minas Gerais.
- Data limite para realização dos Congressos Estaduais da AE.
- Congresso da União Nacional dos Estudantes (data e local a confirmar).
- VII Jornada Nacional de Formação Política da AE.

Agosto

- Plenária Estatutária da CUT (data e local a confirmar).
- **05 a 07** Primeiro Congresso da Articulação de Esquerda.

Setembro

- Eleições presidenciais na Guatemala.
- **02 a 04** Congresso Extraordinário do PT.

Outubro

- Eleições presidenciais na Argentina.

Novembro

- Eleições presidenciais na Nicarágua.
- **12 a 15** Congresso da Juventude do PT (data e local a confirmar).

Janeiro 2012

- VIII Jornada Nacional de Formação Política da AE.

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (MTB 28961) **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Valquer edmawalker@gmail.com
Endereço para correspondência: R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

A direita e nós

Caso ocorram graves crises econômicas e eclosão de problemas de governabilidade, a fragilidade de Dilma ficará desnuda e a instituição presidencial poderia cair com um leve sopro. A direita não diz que tal conclusão sugere um golpe de força, ou um leve sopro, para livrar o governo da presença de Dilma e do PT. As idéias que correm em áreas direitistas carregam assim seu velho pendor histórico para o golpismo.

*Wladimir Pomar**

Uma análise da presente conjuntura talvez possa ter como parâmetro o que a direita pensa. Em termos sucintos, pode-se dizer que a direita pressupõe que a presidenta Dilma é fraca, não tem base social e será uma simples continuidade do governo Lula. Isso, apesar da grande imprensa, para criar cizânia, procure algumas brechas de distinção entre ela e Lula.

Fraquezas

Dilma teria sido escolhida a dedo por Lula, não passando pelo crivo da disputa. Estaria amarrada pelos arranjos políticos *escabrosos*, e pela força política de figuras indicadas por Lula para cargos-chave. E estaria fora do comando das articulações com o congresso, centrais sindicais, oligarquias, bancos e agronegócio. Em outras palavras, no controle real continuaria Lula, tanto dos esquemas de financiamento do PT, quanto do próprio governo. A Dilma sobraria o simbolismo do poder.

Nessas condições, caso ocorram graves crises econômicas e eclosão de problemas de governabilidade, a fragilidade de Dilma ficará desnuda e a instituição presidencial poderia cair com um *leve sopro*. A direita não diz que tal conclusão sugere um golpe de força, ou um *leve sopro*, para livrar o governo da presença de Dilma e do PT. As idéias que correm em áreas direitistas carregam assim seu velho pendor histórico para o golpismo.

Para essa direita, bastaria uma *análise competente* da evolução da renda do Brasil durante o governo Lula para verificar um desempenho abaixo dos padrões históricos do país e de outros presidentes. Além disso, despreparado para enfrentar a crise global em 2009, o governo teria deixado o país ser fortemente atingido por ela. E o processo de ajuste para enfrentá-la teria sido influenciado pelo ciclo eleitoral e pelo oportunismo político.

Em síntese, teria havido um retrocesso relativo do Brasil, em relação ao conjunto da economia mundial. Por outro lado, *toda* a política governamental do período Lula teria se pautado por arranjos com grupos seletos das oligarquias. O resultado seria a ausência de qualquer transformação relevante nas relações, estruturas e processos políticos no Brasil.

O PAC, por seu turno, desde a sua criação não teria passado de uma colcha de retalhos, um conjunto frouxo de projetos ou lista de projetos em oferta num balcão de arranjos político-eleitorais. Seu resultado teria sido pouco significativo. Bastaria comprovar que a taxa de investimento do governo Lula teria sido idêntica à do governo FHC, o que mostraria não ter havido qualquer avanço ou diferença entre um e outro.

É lógico, aqui também, que a direita não avança em suas conclusões. Mas ela parece convencida de que os brasileiros, em particular os pobres, são um bando de idiotas. Pensam que sua vida melhorou. Não acreditam que mais de 10 milhões de novos empregos sejam uma balela estatística. Nem que o aumento do poder de compra seja uma ilusão pirotécnica. Ou que a retomada do crescimento seja uma peça de propaganda enganosa.

Somente essa idiotia geral explicaria a popularidade de Lula, já que a realidade verificada pela direita, e também pela ultra-esquerda, seria totalmente diferente da imaginada. Na verdade, a realidade do Brasil atual seria oca, sem consistência, enganadora e nefasta. Esse tipo de análise torta pode levar à conclusão de que eleições livres e democracia são um estorvo, que só serve para enganar aos ignorantes.

Primeiros cem dias de Dilma

A direita também não se cansa de martelar a ineficácia, ausência de planos e objetivos, e enredamento em ações pontuais, dos primeiros 100 dias do governo Dilma. O ajuste fiscal e o aumento dos juros, realizados nos primeiros dias após a posse, apenas demonstrariam que o ajuste de 2010 fora de caráter eleitoreiro. Seu resultado: agravamento dos desequilíbrios das contas externas, endividamento das famílias e empresas, bolha de preços de imóveis, pressão inflacionária e de outros problemas macroeconômicos.

Como os desequilíbrios tenderiam a ser enfrentados com medidas monetárias ortodoxas, incluindo elevação dos juros, redução do crédito e aperto fiscal, deverá haver um fraco crescimento, tanto em 2011 e 2012, quanto nos anos posteriores, porque as contas externas teriam piorado e aumentado a vulnerabilidade do país diante do mercado internacional.

Para comprovar tais tendências, bastaria ver o que ocorreu com o novo salário mínimo. Para vencer, o governo teria sido obrigado não só a fazer uso do neopeleguismo da CUT contra as outras centrais sindicais, mas também a oferecer compensações. Portanto, apesar da presidenta ser fraca, o governo ainda teria força suficiente para lidar com grupos sociais e grupos de interesses facilmente cooptáveis, como o atual sindicalismo brasileiro.

Assim, Dilma teria seguido a estratégia dominante no governo Lula, marcada, segundo a direita, pela desindustrialização, a manutenção do país como produtor de bens primários, a enganação dos pobres com o Bolsa Família, o câmbio valorizado, o capital externo especulativo sem controle etc.

Não é preciso muito esforço para notar que a direita utiliza uma crítica pseudo-esquerdista para desqualificar o governo Dilma em seus primeiros meses de governo. Aliás, se olharmos com atenção o conjunto das avaliações à disposição, poderemos constatar que há um certo tipo de esquerda que fornece os argumentos utilizados pela direita contra Lula, Dilma e o PT. Basta prestar atenção na publicidade política do PSDB na televisão.

A esquerda deveria ser clara em apontar que os desequilíbrios macroeconômicos ainda fazem parte da herança maldita do período neoliberal. Qualquer economista recém formado sabe que, em 2002, a economia brasileira estava totalmente desequilibrada. O sistema de planejamento estava quebrado, grande parte do parque industrial estava sucateado, havia alta pressão inflacionária, a demanda popular fora altamente comprimida, o câmbio flutuava em alto processo de desvalorização, e a especulação financeira não tinha qualquer controle.

Em tais condições, seria muito difícil avançar rapidamente na recomposição do poder aquisitivo das camadas mais pobres da população, como se avançou, sem causar algum tipo novo de desequilíbrio.

Afora isso, nenhum economista que se preze pode afirmar que a crise global de 2008 pegou o Brasil desprevenido e o abalou fortemente. Comparativamente à maioria dos países do mundo, o Brasil foi um dos que se

saiu melhor, apesar de não haver superado totalmente os desequilíbrios do desastre neoliberal imposto ao Brasil desde 1990.

O principal desequilíbrio conjuntural, neste momento, reside numa demanda superior à oferta. Do ponto de vista estrutural, isso significa que a produção está defasada, tanto do ponto de vista industrial, quanto agrícola. Os investimentos no desenvolvimento industrial ainda são lentos e não maturaram, o agronegócio está voltado para aproveitar os altos preços das *commodities* no mercado internacional, e a economia agrícola familiar, responsável pelo suprimento de alimentos para o mercado interno, não tem escala, nem o apoio suficiente tal missão.

Uma freada momentânea no crescimento da demanda tornou-se inevitável, embora seja um erro considerar que a elevação dos juros possa ter papel positivo na superação desses desequilíbrios. Mas, daí a considerar que tal erro faz parte do núcleo da política econômica do governo Dilma vai uma grande distância.

Algo idêntico ocorre com a apreciação sobre a participação do PAC na elevação da taxa de investimento. O PAC ainda não é um plano amplo de desenvolvimento econômico e social. Nem poderia ser, pelo fato de que não se recompõe uma infra-estrutura de planejamento, desestruturada completamente por 6 anos de uma transição meia-sola do regime militar para o sistema democrático, e mais 12 anos de domínio neoliberal.

Não é apenas o governo que tem escassez de projetos elaborados e prontos para execução. O mesmo ocorre com grande parte das empresas privadas e mesmo com as estatais. A direita simplesmente esconde esses detalhes quando se refere ao PAC, já que este é a primeira tentativa séria, em muitos anos, de retomar o crescimento e funcionar como indutor de elaboração de projetos executivos e de um projeto nacional mais abrangente.

Perspectivas

A direita considera que as mudanças no cenário internacional exigirão mudanças na política econômica do governo Dilma, embora ela não possa contrariar os interesses dos grupos econômicos que a apóiam. Ou seja, a síndrome do *mensalão*, que a direita sempre praticou, continua presente em sua análise como elemento essencial na definição da política econômica.

A partir daí, ela volta a bater na tecla da desindustrialização, que teria por base a exportação das *commodities* agrícolas e minerais, incluindo aí o petróleo do pré-sal. A perspectiva do Brasil, desse modo, seria andar para trás. Sua capacidade de desenvolvimento estaria comprometida por investimentos focados exclusivamente em agronegócio, mineração e petróleo. Teríamos assim um processo permanente de desindustrialização, como explicitou com eufemismos a nova liderança ungida pela direita, o nobre senador Aécio Neves.

Essa direita, que teve o neoliberalismo como cartilha de desestruturação da economia e da indústria brasileira, e de inserção subordinada da sociedade brasileira na globalização promovida pelas grandes corporações transnacionais, agora pretende jogar sobre o PT, Lula e Dilma não só a herança maldita que legou, mas também a política que pretendia aplicar, se estivesse no governo.

Ao contrário do que diz, a principal herança de Lula consistiu na recuperação do planejamento como função do Estado, na paralisação das privatizações, na retomada do crescimento, incluindo ai a superação dos entraves na infra-estrutura, completamente inoperante e defasada, e a retomada do processo de industrialização do país, aliados à implantação de um forte processo de redistribuição de renda.

Pode-se acrescentar a isso os avanços na educação, na saúde, na cultura, no combate à corrupção e à criminalidade e em outras áreas. Mas o que começou a permitir tais avanços foi a decisão articulada de crescimento econômico e redistribuição de renda. E foi isto que permitiu ao Brasil, ao contrário do que ocorreu com a crise de 1998-99, não sofrer um desastre durante a crise de 2008, ainda não extinta.

Os desequilíbrios atuais são de natureza diferente dos desequilíbrios criados pelo neoliberalismo. São desequilíbrios que apontam fortemente, por um lado, para a necessidade de aumentar a diversificar a produção de produtos manufaturados e, por outro, para elevar a produção de alimentos e outros produtos agrícolas. Apontam, portanto, para a ampliação do parque industrial, adensando antigas cadeias produtivas e implantando cadeias produtivas ainda não existentes, e para o aumento do número de pequenos e médios agricultores voltados para produtos demandados pelo mercado interno.

A principal resistência à solução desses desequilíbrios está situada no sistema financeiro privado, que não fornece créditos de longo prazo, a juros decentes, para projetos industriais e, muito menos, para programas de produção de alimentos. O sistema financeiro brasileiro lucra desbragadamente com a dívida pública e se nega a correr os riscos do sistema capitalista. Em algum momento o Banco Central terá que mudar sua política e redirecionar esse sistema financeiro.

Outra resistência importante advém dos oligopólios transnacionais já implantados no país, cujas matrizes não querem implantar novos sistemas de fabricação aqui, e fazem de tudo para impedir que outros o façam. Não esqueçamos que muitas transnacionais, durante o auge do neoliberalismo no Brasil, compraram plantas industriais simplesmente para fechá-las e impedir que competissem contra filiais localizadas em outros países.

O agronegócio, por seu turno, além de estar voltado totalmente para o mercado internacional, tende a ampliar a produção de *commoditites* agrícolas às custas dos pequenos e médios produtores de alimentos, agravando os problemas de atendimento do mercado interno.

Paralelamente, há uma gama de outras resistências, relacionadas com a suposição de que o mundo já se encontra numa era pós-industrial e não tem sentido seguir tal caminho, ou com a idéia de que a industrialização causa uma destruição irreversível do meio ambiente, suposições que encontram eco em alguns movimentos sociais e os colocam em conflito com os projetos industriais e agrícolas.

Diante disso, as perspectivas do governo Dilma, assim como do PT e demais correntes de esquerda, serão no sentido de superar os atuais desequilíbrios econômicos, elevando a oferta, de modo que a redistribuição de renda e o aumento do poder aquisitivo das grandes camadas populares da população continuem seu curso ascendente, sem pressionar a inflação. O que pode levar a um agravamento dos embates com os que resistem à queda dos juros, à atração de investimentos produtivos diretos na indústria, ao controle dos investimentos de curto prazo e a uma ação mais direta sobre o câmbio. Bem vistas as coisas, são boas perspectivas. ★

***Wladimir Pomar** é jornalista

Sai ou vai parar no Judiciário?

Pedro Kemp*

A reforma política é mais do que necessária, é urgente. É preciso que o Legislativo legisle e leve a cabo essa tarefa sem criar ilusões na opinião pública votando poucas mudanças fragmentadas para deixar tudo como está. Primeiro, decidir. Depois, decidir para melhorar e fazer avançar o sistema político e eleitoral brasileiro.

Nos últimos anos, ao final de cada eleição e proclamação dos eleitos, sempre ressurge no país o debate sobre a necessidade de uma ampla reforma na legislação com o intuito de revigorar e aperfeiçoar o nosso sistema político e eleitoral. Em 2010 não foi diferente. O assunto voltou com força na voz de lideranças políticas e representantes de entidades da sociedade civil e a própria presidente Dilma Rousseff procurou sinalizar prioridade para a agenda em sua mensagem ao Congresso Nacional neste início de mandato. Câmara e Senado se mobilizaram e criaram comissões para discutir propostas.

O temor é que, uma vez mais, após grande expectativa gerada por debates exaustivos e intermináveis reuniões de parlamentares e entidades, o processo se conclua com pequenas alterações na legislação, como a mudança nas datas de posse dos eleitos e o fim da reeleição para cargos executivos, sem trazer significativos avanços para o sistema político-institucional e eleitoral do país. Isto porque experiências anteriores naufragaram em meio ao jogo de interesses de partidos e parlamentares que sempre se beneficiaram das distorções do atual sistema, o que poderia ter sido evitado com a eleição de uma assembléia exclusiva para essa finalidade, que discutisse o assunto de forma desinteressada e pudesse promover ampla mobilização e participação da sociedade.

Não podemos mais deixar passar essa oportunidade para revisar e aperfeiçoar a legislação eleitoral com o objetivo de fortalecer os partidos políticos, garantir o pluralismo, a representação de gênero, corrigir as distorções na representatividade parlamentar, reduzir custos de campanha e tornar o processo mais participativo e transparente, onde cada cidadão represente um voto e seja assegurada a expressão da soberania da vontade popular.

Urge a discussão de medidas que eliminem práticas fisiológicas, o abuso do poder econômico, a compra de votos e as disputas despolitizadas baseadas mais na imagem pessoal dos candidatos do que nos projetos que representam.

O modelo a ser aprovado deverá primar pela constituição de partidos ideológicos e com mecanismos de democracia interna, concorrendo para o fim das legendas de aluguel e evitando que pessoas se abriguem temporariamente nas siglas partidárias de acordo com o momento político e a conveniência eleitoral. A atenção do eleitor deverá ser disputada para o debate programático e para os grandes temas de interesse do conjunto da sociedade e que devam ser enfrentados pelos eleitos.

A discussão e regulamentação do financiamento das campanhas precisam levar em conta a realidade hoje existente da interferência do grande capital privado, do tráfico de influência e a corrupção na administração pública. A preponderância do poder econômico, além de levar a profundas distorções nas instituições, exclui amplos setores da participação nas disputas eleitorais com igualdades de condições.

Nos últimos 20 anos, mais de 300 proposições sobre reforma política tramitaram no Congresso Nacional, que se omitiu em suas prerrogativas e permitiu que as alterações mais substantivas nas disputas eleitorais fossem decididas pelo Poder Judiciário como, por exemplo, a fidelidade partidária e a verticalização. Essa judicialização das decisões tem sido o sinal mais claro para a sociedade de que até agora não houve interesse do Poder Legislativo de promover grandes mudanças nas regras eleitorais. A última tentativa de reforma se deu em 2009, que acabou em grande frustração com o anúncio de normas de campanha, dentre elas, o uso da internet, utilização de trios elétricos, pinturas de muros e anúncios em jornais.

Quanto à Lei da Ficha Limpa, originada de projeto de iniciativa popular com mais de 1,6 milhão de assinaturas, a má vontade na discussão da matéria se evidenciou com sua votação em pleno processo eleitoral, após forte pressão das entidades, abrindo margem a questionamentos sobre sua validade para o último pleito, uma vez que não respeitou o princípio da anualidade das leis eleitorais (Art. 16 da CF). Serviço mal feito dos congressistas, insegurança jurídica nas eleições, mandados de segurança. Mais uma vez, a decisão ficou para o Judiciário: validade da norma só para as eleições de 2012, isso se alguns de seus pontos não forem declarados inconstitucionais em novo questionamento.

E agora o imbróglio se dá em torno da questão da posse dos suplentes. A vaga dos parlamentares que se licenciaram deve ser assumida pelo primeiro suplente da coligação, como vinha sendo feito até então, ou deve ser ocupada pelo suplente do mesmo partido?

Estas reflexões nos levam a concluir que a reforma política é mais do que necessária, é urgente. É preciso que o Legislativo legisle e leve a cabo essa tarefa sem criar ilusões na opinião pública votando poucas mudanças fragmentadas para deixar tudo como está. Primeiro, decidir. Depois, decidir para melhorar e fazer avançar o sistema político e eleitoral brasileiro.

Será que dessa vez não vai parar no Judiciário? ★

***Pedro Kemp** é deputado estadual do PT-MS.

Dia internacional de luta!

*Expedito Solaney**

No dia 1º de Maio de 1886, em Chicago, nos Estados Unidos, o Congresso Operário de Baltimore decreta greve geral pelas 8 horas de jornada diária de trabalho. Dois dias depois a polícia reprime as manifestações e seis operários são mortos. A greve continua nos dias seguintes e a repressão aumenta com dezenas de mortos, sindicatos incendiados e milhares de trabalhadores são presos. Dois anos depois, oito dirigentes sindicais são condenados, sendo cinco à forca, dois à prisão perpétua e um a quinze anos de prisão. Em 1889, a central sindical AFL convoca nova greve geral para o 1º de Maio. Em 1890, como forma de homenagear esses trabalhadores, a II Internacional resolve convocar para o dia 1º de maio manifestações a favor da redução da jornada de trabalho que, a partir daí, tornou-se uma tradição para o movimento operário internacional. Em 1892, o processo contra os oito sindicalistas é anulado por comprovada fraude.

Em 2011, em Wisconsin, estado do centro-norte dos Estados Unidos assistimos atualmente uma onda de mobilizações impulsionadas, principalmente, pelos trabalhadores do serviço público. O governador Scott Walker, com a justificativa de contar o déficit fiscal do estado, iniciou uma série de medidas de corte no orçamento (U$ 1,6 bi) e ações anti-sindicais como a proibição de organização sindical e acordos coletivos para o funcionalismo público do estado. Em resposta, trabalhadores e trabalhadoras saíram às ruas em grandes manifestações de repúdio que culminaram na ocupação do palácio do governo. Essas medidas governamentais se reproduziram em vários estados, gerando também manifestações sindicais e populares que estão em curso.

Também em 2011, na Tunísia, depois que um jovem vendedor de frutas colocou fogo no próprio corpo por ser impedido de tentar ganhar o sustento de sua própria vida, revoltas populares se estenderam pelo norte da África e em diversos países do Oriente Médio, desvelando as duras condições de vida e de trabalho em países sob ditaduras protegidas pelos países capitalistas centrais.

Na Europa, greves gerais explodiram na Grécia, Espanha e em Portugal contra as medidas de ajuste fiscal neoliberal. Na França, ondas de manifestações ocorreram contra o aumento da idade mínima para aposentadoria.

Ainda que estejamos num momento histórico distinto do final do século XIX, a voracidade do capital é parecida. Tanto lá como cá, a exploração dos trabalhadores é intensa. Essas ondas de manifestações que ocorrem por distintas partes do mundo são prova disso. Se durante boa parte do século XX a existência de bloco socialista serviu de contraposição ao avanço do capital e o obrigou a "ceder os anéis para não perder os dedos" com as políticas de bem estar social na Europa, agora, sem a "ameaça comunista", esses direitos são paulatinamente retirados e sanha neocolonial ronda o mundo novamente. Nos Estados Unidos a repressão sobre qualquer tipo de organização sindical e popular também continua, enquanto a pobreza nessa potência econômica mundial atinge seus maiores patamares.

No Brasil, nesse 1º de maio, a CUT organizará sua manifestação com o lema Liberdade e Autonomia Sindical, reforçando a campanha pelo fim do imposto sindical.

Na América Latina, há mais de uma década movimentos de contestação às políticas neoliberais foram traduzidas em eleições de governos de esquerda e centro-esquerda, contribuindo para a melhoria das condições de vida e de trabalho de suas populações, ainda que em graus diferenciados. A grande questão ainda não respondida e que devemos apostar todas as fichas é se esse processo contribuirá para o avanço na perspectiva da transformação socialista. A existência e o fortalecimento de setores socialistas no interior desses países são de fundamental importância. Portanto, a batalha a ser travada pelos socialistas é dupla: defender o processo em curso e pressionar os governos para ampliação dos direitos dos trabalhadores, por reformas estruturais que alterem as relações de propriedade e riqueza e ampliação de políticas públicas e sociais.

No Brasil, nesse 1º de maio, a CUT organizará sua manifestação com o lema Liberdade e Autonomia Sindical, reforçando a campanha pelo fim do imposto sindical. Infelizmente, parte do movimento sindical pelego no Brasil sobrevive apenas desse recurso que, junto com a estrutura sindical existente, colabora para sua burocratização. A Convenção 87 da OIT, a única convenção fundamental não ratificada pelo Brasil, é pauta de luta prioritária da CUT. Além da mobilização junto às categorias cutistas, faremos uma forte pressão para que o governo finalmente atenda essa luta histórica. Defendemos que a organização da classe trabalhadora deve ser obra da livre iniciativa dos trabalhadores, sem tutela de patrões nem de governos. ★

***Expedito Solaney** é secretário nacional de Políticas Sociais da CUT

A luta em Jirau

A CUT defende a elaboração de um acordo nacional da construção com regras claras para o setor, semelhante ao pacto vigente para os trabalhadores da cana-de-açúcar.

*Luiz Carvalho**

Por unanimidade, cerca de 20 mil trabalhadores reunidos na manhã de 18 de abril, diante das usinas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, ratificaram o acordo coletivo negociado por CUT, Conticom (Confederação dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil e da Madeira) e Sticcero (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Rondônia) com as empreiteiras responsáveis pela construção das hidrelétricas.

A proposta fechada no dia 15, antes mesmo da data-base da categoria, em 1º de maio, incorpora o acordo emergencial definido na semana passada e atende a outras reivindicações essenciais, com destaque para o reajuste salarial de 11%, o aumento da cesta básica para R$ 170 e o pagamento de 70% de horas extras entre segunda e sábado – aos domingos é de 100%. Além disso, a chamada baixada, espécie de licença que os trabalhadores recebem para poder voltar à cidade de origem, também iniciará e terminará aos finais de semana, totalizando nove dias, sendo a empreiteira responsável pelo fornecimento das passagens aéreas para todas as capitais servidas por vôos regulares.

Legítima representatividade

Além de conquistas como o aumento real de 5%, a campanha salarial deixa como legado o fortalecimento das entidades cutistas e o reconhecimento como legítimas representantes dos operários. O secretário de Administração e Finanças da CUT, Vagner Freitas, foi destacado pela Central para mediar a negociação no Estado.

Desde o início dos conflitos, no dia 15 de março, quando a precarização das relações trabalhistas provou uma revolta em Jirau e culminou com um quebra-quebra que fechou a usina, a CUT dialogou com a sociedade para expor a situação dos operários e unificar a mobilização por melhores condições de trabalho, seja em atividades como encontros na Assembléia Legislativa de Rondônia, seja acompanhando a visita do ministro do Trabalho, Carlos Luppi, aos canteiros de obras, para contar a história que ele não ouviria dos empresários.

A ideia de fortalecer a unidade, porém, muitas vezes esbarra em ações do próprio ministério, como a concessão de registros que dividem o setor entre construção pesada e civil, alerta Vagner.

Um novo modelo

Para o dirigente, é preciso mudar ainda o processo de construção das usinas para que os erros cometidos em Jirau e Santo Antônio não se repitam em outras obras do PAC. "Não é possível reunir 20 mil trabalhadores de uma só vez para concluir o mais rápido possível a obra, por conta da falta de estrutura que as empresas impõem e pelo impacto social que proporcionam às cidades vizinhas. A aceleração do crescimento que o governo deseja para colocar o empreendimento de pé logo e que o empreiteiro quer para o retorno rápido do lucro acaba prejudicando seriamente os operários", afirma.

O inchaço populacional que a construção de Jirau provocou no distrito de Jaci-Paraná, sem o investimento na oferta de serviços públicos, afetou a qualidade da educação, da saúde, da segurança e alavancou a exploração sexual no local.

Segundo o secretário, também é necessário que a contratação da mão-de-obra ocorra pelo Sine (Sistema Nacional de Emprego), porém, sempre acompanhada pelo sindicato. "Além de substituir o agenciador no processo de seleção, também é preciso fiscalizar a contratação pelo próprio órgão do governo, porque detectamos casos em que os operários eram trazidos de outro estado, fichados pelo Sine em Porto Velho e ingressavam como se fossem da região. Dessa forma, perdiam o direito à baixada e só podiam retornar para casa durante as férias, diminuindo os custos da empresa com transporte e aumentando o período em que estavam à disposição para trabalhar", explica ele.

De acordo com Vagner, o excesso de terceirização nos canteiros, onde muitos funcionários convivem com condições e salários diferentes para exercer atividades idênticas, é outro problema.

A CUT defende a elaboração de um acordo nacional da construção com regras claras para o setor, semelhante ao pacto vigente para os trabalhadores da cana-de-açúcar, que também contou com a contribuição da central.

Os parâmetros do plano estão sendo discutidos em Brasília, com as demais centrais, o governo federal e empresários do setor e já destacaram como prioridade a definição de termos para a intermediação e formação dos operários. A próxima reunião acontecerá no dia 12 de maio.

Presidente da CUT, Artur Henrique, defende que os editais para a escolha da empresa que irá gerar e explorar a energia não levem em conta apenas a tarifa, mas também as contrapartidas sociais que serão empregadas. "O barateamento é importante, mas temos que discutir os custos sociais", acredita. ★

Representante sindical conversa com trabalhadores de Jirau

***Luiz Carvalho** é jornalista da CUT Nacional

Entrevista com presidente da CUT/SE

Segundo o professor Dudu, presidente estadual da CUT, falta diálogo entre a Central Única dos Trabalhadores e o governo de Sergipe. Ele cobra do governador que determine aos representantes do governo que dialoguem permanentemente com o movimento sindical.

por Laisa Galdina

DUDU: Além do diálogo é preciso ter proposta concreta na mesa para apresentar

Nesta entrevista, o presidente da CUT/SE, **Rubens Marques**, mais conhecido como Prof. Dudu, fala sobre a relação entre o Governo do Estado e os movimentos sindicais. Entre os assuntos estão a Mesa de Negociação Permanente, a atuação das entidades sindicais e do Governo, e a criação da Subsecretaria de Estado da Articulação com os Movimentos Sociais e Sindicais. Confira a entrevista abaixo:

CUT/SE: O que representa a Mesa de Negociação? Qual a sua função? Como ela funciona?
Prof. Dudu: A Mesa de Negociação foi proposta pela Central Única dos Trabalhadores do Estado de Sergipe ao Governo do Estado quando o companheiro Antonio Carlos Góis era presidente da entidade. A Mesa de Negociação é um instrumento importante para os servidores públicos, por antecipar o debate e facilitar a resolução dos conflitos no que se refere à questão salarial bem como condições de trabalho. Se a Mesa funcionar não teremos o mesmo nível de tensão entre movimento sindical e governo na hora dos reajustes salariais. Uma coisa é você discutir a revisão salarial, planos de carreiras, estatutos de forma permanente, outra é discutir no calor das mobilizações e greves.

CUT/SE: Em seus discursos, o governador Marcelo Déda sempre enfatizou que o seu governo estava aberto para um processo de negociação amplo e permanente com os servidores públicos. No entanto, o que a realidade enfrentada pelos trabalhadores e seus sindicatos mostra? Qual tem sido a postura do Governo?
Prof. Dudu: Pelo menos com a CUT/SE, eu posso afirmar que não há diálogo. Se ele, pelo menos, determinasse que os representantes do governo dialogassem permanentemente com o movimento sindical, já seria um avanço, mas nem isso acontece. Se houvesse interlocução do governo com o movimento sindical, os gestores públicos não estariam agindo no sentido de não reconhecer as entidades, como o SINDETRAN e do Sindicato 192, apesar da Procuradoria Geral do Estado (PGE), já ter reconhecido a legitimidade dos sindicatos.

CUT/SE: Recentemente, o secretário de Estado da Fazenda, João Andrade, afirmou que o Estado não tem dinheiro para o pagamento da revisão salarial do Piso salarial dos professores, nem para o reajuste salarial dos servidores públicos (que deverá ser mínimo). No entanto, muitos sindicatos (a exemplo do SINTESE) já afirmaram que entendem que o Secretário da Fazenda tenta colocar para os servidores estaduais uma realidade de receita que não bate com o comportamento de arrecadação nos primeiros meses de Janeiro e Fevereiro de 2011 comparando com o mesmo período do ano passado. Como você analisa essa situação? Você acredita que existe transparência no Governo de Sergipe quando o assunto é finanças?
Prof. Dudu: Não é uma questão de transparência, e sim de não reconhecer a importância dos servidores, que sempre foram vistos como um fardo para os governos. Até parece que a máquina está desconectada do trabalho dos servidores. Geralmente os Secretários da Fazenda fazem projeções econômicas catastróficas, eles são pessimistas por excelência. A questão é que as previsões pessimistas de João Andrade ainda não se confirmaram desde que ele assumiu a cadeira que era de Nilson Lima. Ainda bem. É importante destacar que, no caso da implementação do Piso Salarial dos Professores, ele havia dito que o governo não teria condições de implementá-lo e o DIEESE ponderou e provou que ele estava errado.

CUT/SE: O Estado já anunciou a criação da Subsecretaria de Estado da Articulação com os Movimentos Sociais e Sindicais, que será responsável pela coordenação permanente da Mesa de Negociação com os servidores públicos e da relação com os movimentos sociais. O órgão ligado à estrutura da Casa Civil foi criado no último projeto de reforma administrativa do Estado, aprovado pelos deputados estaduais em março deste ano. Como você avalia isso? Qual é a expectativa da CUT com relação a essa subsecretaria?
Prof. Dudu: Acho importante a criação da subsecretária no âmbito estadual. No Governo Federal já existe pasta semelhante e tem funcionado, espero que aqui funcione também.

CUT/SE: À frente da pasta da Subsecretaria de Estado da Articulação com os Movimentos Sociais e Sindicais estará o ex-secretário e ex-vereador Chico Buchinho. Qual a sua avaliação dessa nomeação? Qual será o papel de Chico Buchinho nesse processo de negociação junto ao Governo e o Movimento Sindical?
Prof. Dudu: É inegável que Chico Buchinho é homem de diálogo e conhece o movimento sindical, mas é preciso saber qual a autonomia que ele terá nas negociações, porque dialogar tem limites. Chegará o momento que além do diálogo é preciso ter proposta concreta na mesa para apresentar. Quando eu falo de autonomia não estou querendo desqualificá-lo, mas alertar para o centralismo do Governador e da Secretaria da Fazenda. ★

Jornalistas em luta!

Elida Miranda*

Os jornalistas que trabalham como servidores públicos, comissionados e efetivos, amargam a defasagem salarial que desrespeita o piso profissional.

Nos últimos três anos as lutas da categoria dos jornalistas têm sido muito duras no Brasil, em Alagoas não é diferente. O pesadelo do fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão se tornou uma terrível realidade concretizada pelo STF; a tão desejada Conferência de Comunicação, ainda que tenha sido uma conquista da sociedade, pouco ou nada mudou o cotidiano do estado de Alagoas e do país; e as campanhas salariais estão mais difíceis a cada ano, pois mesmo com altos lucros os patrões dizem não ao aumento real e esperneiam para garantir a reposição das perdas inflacionárias.

Mesmo diante da convocação do Sindicato, a participação da categoria e dos estudantes não foi suficiente. Aliado a isso, a mobilização nacional foi frágil, excessivamente institucionalizada e foi derrotada pela influência dos grandes conglomerados de comunicação, à quem de fato interessa a desregulamentação de uma categoria tão relevante como esta. Mas a partir desse triste evento foi dada a largada para uma nova etapa, a luta pela aprovação de Projetos de Emendas Constitucionais, leis estaduais e municipais que restabelecessem o curso superior de jornalismo como requisito para o trabalho na área.

O Sindicato dos Jornalistas em Alagoas foi um dos pioneiros nesse quesito, sendo sua capital, Maceió, a primeira cidade do Brasil a aprovar uma lei municipal, de autoria da vereadora Tereza Nelma (PSB), de exigência de diploma para o cargo de jornalista no serviço público. Está em tramitação uma lei estadual, de autoria do deputado Judson Cabral (PT), que vem no mesmo sentido. Como o poder legislativo aprovou por unanimidade, a categoria espera derrubar o veto do governador Tetonio Vilela (PSDB).

Outros estados como o Rio Grande do Sul já aprovaram legislação semelhante. Além disso, o Sindicato vem dialogando com a bancada federal de senadores e deputados para garantir o voto nas PECs e tem alcançado significativo número de compromissos assumidos com a causa.

Em relação aos desdobramentos que deveriam ocorrer no momento pós Conferência de Comunicação, a interpretação dos movimentos alagoanos é de engessamento promovido pelo governo do estado. O Conselho Estadual de Comunicação, mesmo sendo item da Constituição do Estado de Alagoas, não se reúne, nem tem qualquer funcionamento desde a conferência estadual, ficando indiferente às cobranças do Sindicato e demais movimentos.

Diante desse quadro, as entidades estão em diálogo para fundar o Comitê local do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), visando unificar e reforçar bandeiras de luta como a do Conselho, mas também de reestruturação do IZP (Instituto Zumbi dos Palmares), órgão de comunicação estatal carente de concursos que vem sendo sucateado ao longo dos anos. Faz-se indispensável uma profunda reorganização não apenas de equipamentos, mas também de conteúdo com adequado acompanhamento da sociedade.

Os jornalistas que trabalham como servidores públicos, comissionados e efetivos, amargam a defasagem salarial que desrespeita o piso profissional. Por isso, e por entender a importância da solidariedade da classe trabalhadora na luta, é que o Sindjornal se faz presente na campanha salarial dos servidores puxada pela Central Única dos Trabalhadores, que não aceita a proposta do governo inferior a 6%, enquanto a perda acumulada é de quase 30%. Em paralelo ocorre a data base no setor privado, onde a reposição da inflação está garantida, mas a luta não está terminada diante da busca pela remuneração do direito autoral e outras conquistas a serem alcançadas no curto e médio prazo.

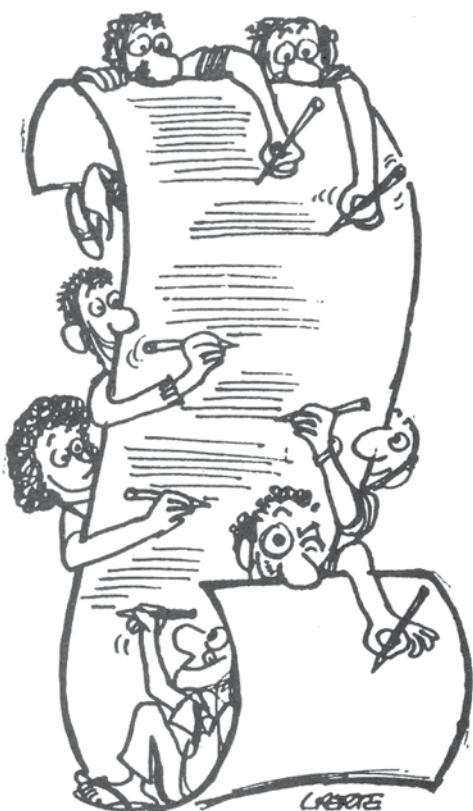
Outros instrumentos de debate juntos à categoria têm sido as Comissões Temáticas. A mais antiga e com atuação destacada é a Cojira (Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial), que além de suas ações de maior porte possui uma coluna semanal em um impresso local e inserção nas redes sociais. O NEJ (Núcleo de Eco Jornalistas) discute as questões ambientais, colabora com órgãos fiscalizadores e organiza o Prêmio Ótavio Brandão de Jornalismo para incentivar matérias de destaque na preservação e sustentabilidade do ambiente.

Existe ainda o COJDS (Coletivos de Jornalistas pela Diversidade Sexual), para combater a homofobia nos locais de trabalho e nos conteúdos veiculados. No último mês de março foi lançada também a Comissão de Mulheres Jornalistas, em sintonia com o momento de empoderamento feminino, bem como se observando que as mulheres já somam mais da metade da categoria.

Mas toda essa luta, seja nas questões salariais ou nas cláusulas sociais e bandeiras do dia a dia, só faz sentido com a intensa participação de cada jornalista. Por isso, o Sindjornal reforça o chamado para que os profissionais do presente e também os estudantes, jornalistas do futuro, se engajem nas batalhas da comunicação social. ★

***Elida Miranda** é diretora de formação política do Sindjornal (www.sindjornal.org.br) e Secretária de Políticas Sociais da CUT/AL.

Carta Aberta

Página 13 publica abaixo a Carta Aberta que a Coordenação dos Movimentos Sociais no Distrito Federal dirigiu ao Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.

Excelentíssimo Senhor Governador,

A Coordenação dos Movimentos Sociais no Distrito Federal, CMS-DF, que congrega diversos movimentos urbanos e rurais, com representações do movimento popular, sindical, estudantil, de ambientalistas, de mulheres, LGBT e movimento negro, dentre outros, dirige-se à V.Exa., nesta carta aberta, para requerer a abertura de um canal permanente de diálogo e negociação, na perspectiva de atendimento, por parte do Governo do Distrito Federal, das demandas apresentadas pelos movimentos sociais.

Durante o processo eleitoral de 2010, os movimentos sociais tomaram a decisão política de empenhar esforços para eleger o maior número possível de parlamentares e governadores identificados com as bandeiras populares da classe trabalhadora, com o aprofundamento da democracia e soberania brasileira e com políticas que combatam a concentração da propriedade e da renda em nosso país.

Uma parcela considerável de militantes ligados aos movimentos sociais decidiu por apoiar a sua candidatura e da companheira Dilma Rousseff. Esta decisão não implica e nem implicará em subordinação do movimento ao governo, ao contrário, reafirmamos nosso compromisso em defesa das bandeiras de lutas da classe trabalhadora e da construção de um país democrático, socialmente justo e soberano.

No Distrito Federal, por um longo período, os sucessivos governos negaram ao povo trabalhador o direito de participação e de decisão sobre o seu destino. Ao invés do diálogo, optou-se pela criminalização: reprimindo e perseguindo as organizações dos movimentos sociais. A descoberta da "Caixa de Pandora", iniciada no governo Roriz, desnudou para a sociedade os interesses escusos dos governantes.

Os movimentos sociais organizados do Distrito Federal tiveram participação ativa no processo de denúncia e de luta, que culminou com o "Fora Arruda". A vitória do atual Governo na eleição de 2010 é parte dessa luta, que não pode se restringir à defesa da ética, mas que precisa dar sinais claros de que atenderá as demandas dos movimentos sociais.

E para que possamos transformar a vitória eleitoral em avanço real das conquistas, apresentamos os seguintes eixos de reivindicações que esperamos ser atendidas:

a) Fim do monopólio do transporte público no Distrito Federal: Imediata abertura de concorrência e novas licitações para os trechos monopolizados pelas atuais empresas e pelo fortalecimento da TCB;

b) Passe Livre: Manutenção e ampliação do Passe Livre para estudantes (inclusive áreas rurais), donas de casa e desempregados;

c) Mobilidade Urbana: Ampliação do metrô, criação do transporte urbano ferroviário, renovação da frota de ônibus e construção de ciclovias;

d) Creches: Construção de creches em todas as cidades e universalização da oferta de vagas;

e) Democratização da Cultura: Construção e revitalização de espaços culturais nas cidades e implantação de projetos culturais populares;

f) Moradia Popular: Destinação de terrenos nas cidades para construção de moradias, com a implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida em todo o Distrito Federal;

g) Participação Direta: Instituição do Conselho de Desenvolvimento Social, do Orçamento Participativo e criação do Fórum Permanente de Relações com os Movimentos Sociais;

h) Segurança Pública: Instituição da Polícia Comunitária e fim da Patamo;

i) Meio Ambiente: Revitalização de parques ecológicos em todas as cidades e implantação da Agenda 21 no Distrito Federal;

No âmbito federal continuaremos a luta por mudanças nas instituições e serviços públicos, em benefício da ampla maioria da população; combatendo os monopólios para o desenvolvimento com soberania e distribuição de renda; defendendo as conquistas trabalhistas, a redução da jornada de trabalho, o direito de greve para os servidores públicos; a Previdência Social pública, universal, solidária e de boa qualidade, e pelo fim do fator previdenciário.

De nossa parte seguiremos organizando o povo para que lute por seus direitos e mudanças sociais, mantendo sempre nossa autonomia política frente aos governos.

CMS – COORDENAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAS

Balanço dos 100 dias

Nesta entrevista, a ministra Iriny Lopes fala do feito e do futuro

Ministra, o ex-ministro Delfim Neto durante o programa "Canal Livre", da Rede Bandeirantes, (domingo, 03/4) comparou as domésticas a animais em extinção: "Quem teve esse animal, teve. Quem não teve nunca mais vai ter". Como a senhora analisa essa declaração?
Na verdade, o que está em extinção é esse tipo de mentalidade. A sociedade brasileira avançou muito e não aceita mais esse pensamento arcaico da época do Brasil colonial, que considerava negras e negros como seres inferiores, feitos para servir a uma elite branca. Mais do que uma afirmação infeliz, a comparação do ex-ministro demonstra o desrespeito, a desvalorização a invisibilidade e o desconhecimento sobre a realidade das quase sete milhões de trabalhadoras domésticas.

Qual é a situação das trabalhadoras domésticas no Brasil?
O trabalho doméstico é uma ocupação das mais antigas e tem raízes na escravidão do colonialismo e outras formas de servidão. A naturalização do trabalho doméstico ainda gera discriminação, embora seja a ocupação que mais emprega mulheres no Brasil e a porta de entrada para o mercado de trabalho para as mulheres pobres. Representa 15,8% da ocupação feminina, o que corresponde a quase sete milhões de mulheres, 72,8% delas sem carteira de trabalho assinada, conforme os dados do IBGE de 2008. O trabalho doméstico, por ser realizado dentro de casa, não é reconhecido como uma profissão, mas como uma das tarefas tradicionalmente feminina e não remunerada. É considerado como "não trabalho", uma ocupação "inferior" e servidão – feito por mulheres e negras em sua maioria, o que reforça a discriminação de gênero e de raça. Geralmente as trabalhadoras domésticas têm mais carga horária de trabalho, arcam com a responsabilidade do cuidado não só da casa, mas da família que vive na casa (filhos, idosos ou pessoas com necessidades especiais). Suportam grande pressão dada à repetição e diversidade de tarefas que têm que dar conta ao mesmo tempo, além de recair sobre elas a complexidade das relações e problemas da família que é obrigada a absorver. O não reconhecimento e valorização do trabalho doméstico, além da discriminação, são algumas das causas do grande número de trabalhadoras domesticas sem vinculo formal de trabalho. E ainda recebem salários mais baixos, cerca de 30% a menos das que possuem carteira assinada. E entre as trabalhadoras domesticas negras, a situação é ainda pior: a maioria não possui vinculo formal de trabalho (59%) e recebe equivalente a apenas 67,4% do salário mínimo. Daí a necessidade de romper com essa mentalidade escravocrata com que são tratadas, afirmar a sua contribuição para o desenvolvimento e valorizá-las.

Foto: Agência Brasil

Iriny Lopes é a ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

O que a SPM tem feito em relação à formalização do trabalho doméstico??
Queremos dar visibilidade às questões importantes para as trabalhadoras domesticas como a formalização do trabalho e a garantia dos seus direitos. A SPM concluiu recentemente o GT - Grupo de Trabalho sobre os Impactos Sócio-Econômicos de uma Proposta de Ampliação dos Direitos Assegurados aos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas Previstos na Constituição Federal. No dia 27 de abril próximo, Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, estamos lançando o relatório final do GT com a presença de ministras, secretárias, trabalhadoras e representações das entidades sindicais. Será o primeiro evento com essa categoria na perspectiva de sua afirmação e proteção. Por isso, estamos articulando ações conjuntas para, de um lado, fazer cumprir e ampliar os direitos das trabalhadoras. E de outro, articular com outras secretarias e ministérios para promover a formalização das domesticas e a ampliação dos seus direitos. Não podemos aceitar que a área que mais emprega mulheres no Brasil é também a área que mais desvaloriza seu trabalho. Essas ações, voltadas paras as trabalhadoras domesticas, estão articuladas com os eixos da SPM de promover a autonomia econômica, social e política das mulheres. E responde enfaticamente ao eixo central de governo da presidenta Dilma Rousseff que é a erradicação da pobreza.

Na última reunião da Comissão da Reforma Política, os senadores aprovaram o estabelecimento de cotas para mulheres nas listas de candidatos dos partidos e a realização de consulta popular sobre o sistema eleitoral. A Reforma Política que está em debate vai garantir a equidade de gênero na política? O que é necessário?
Estamos acompanhando de perto esse processo em articulação com a bancada feminina no Congresso. Recentemente estivemos com o presidente do Senado, José Sarney na companhia de deputadas, senadoras e das ministras da SDH, Maria do Rosário; da Seppir, Luiza Bairros, e a ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF). Fizemos questão de reforçar ao presidente do Senado nossa preocupação com uma Reforma Política com igualdade de gênero. As mulheres são a maioria da população e de eleitores, mas não são contempladas com equidade no processo eleitoral.

Até agora, a proposta apresentada pela Comissão da Reforma Política possui avanços, mas deve ser aperfeiçoada no processo de votação. O principal avanço foi a aprovação de cotas para mulheres nas eleições. A proposta determina que 50% das vagas nas eleições proporcionais (deputados e vereadores) devem ser destinadas às mulheres. E as listas de candidatos devem vir com os nomes alternados entre mulheres e homens. E se esse percentual não for cumprido, a lista será rejeitada pela Justiça Eleitoral.

Isso é um grande avanço, pois vai obrigar os partidos a ampliar a representação feminina. O que vai exigir que promovam o debate em torno das questões da igualdade de gênero e das diversidades e qualifiquem seus quadros. Ou seja, com certeza haverá uma mudança de qualidade na política para melhor, com a presença de mais mulheres.

Outra questão importante que foi aprovada pela Comissão da Reforma Política é o financiamento público de campanhas. Hoje as campanhas são financiadas pelo poder econômico que, conseqüentemente, determina quem vai ser ou não candidato e quem vai ser eleito. E, depois da eleição, passa a influenciar nas decisões dos eleitos. Os grandes grupos econômicos e empresários possuem seus "agentes" em todas as esferas de poder

Promover a autonomia econômica, política e social das mulheres, passa por garantir a elas a equidade no trabalho com garantias de acesso e ascensão nos postos. Mas, também, ampliar e qualificar a rede de apoio para que as mulheres possam permanecer no mercado de trabalho, como creches, restaurante e lavanderias populares, especialmente nos municípios onde há alto índice de população em situação de vulnerabilidade social.

e determinam as regras do jogo a seu favor em prejuízo da maioria. O financiamento exclusivamente público de campanhas é um dos avanços da Reforma Política aprovado pela comissão. O que é bom para a democracia e possibilita que partidos e candidatos dos setores populares possam participar da regra eleitoral em condições de igualdade.

Quanto à consulta popular sobre o sistema eleitoral é importante para a população conhecer o seu teor e poder opinar sobre ele com conhecimento. Isso além de pedagógico no sentido de que a Reforma será conhecida pela população, traz à tona as diferentes concepções. Mas esse tipo de referendo deve vir acompanhado por um processo de formação e informação não só sobre o conteúdo das propostas, mas também sobre cidadania.

A SPM tem como prioridade a promoção da autonomia política, econômica e social das mulheres, como condição para erradicar a pobreza, eixo prioritário do governo da presidenta Dilma. Essa pauta mobiliza todas as interfaces de governo, como a SPM está atuando para dar conta dessa demanda?

Promover a autonomia econômica, política e social das mulheres, passa por garantir a elas a equidade no trabalho com garantias de acesso e ascensão nos postos. Mas, também, ampliar e qualificar a rede de apoio para que as mulheres possam permanecer no mercado de trabalho, como creches, restaurante e lavanderias populares, especialmente nos municípios onde há alto índice de população em situação de vulnerabilidade social. Também estamos ampliando o acesso das mulheres à rede de atendimento à saúde com qualidade e de forma humanizada – a Rede Cegonha; Todas as políticas do governo voltadas para a inclusão social têm perspectivas de gênero e raça. Sabemos que do contingente de pobres a maioria são mulheres e entre elas as negras, com seus filhos e filhas diretamente afetados. A presidenta Dilma, nesses 100 dias de governo, dedicou grande parte às mulheres, especialmente no mês de março quando anunciou o aumento do Bolsa Família e o crédito para as agricultoras em Irecê na Bahia. Em Manaus a presidenta lançou a ampliação do programa de atendimento e tratamento aos tipos que câncer que mais afetam as mulheres, como câncer de mama e do colo de útero. Em Minas Gerais, a Rede Cegonha de atendimento aos recém nascidos e às mães. Isso significa que estamos dando qualidade e visibilidade às políticas para as mulheres, afirmando a sua importância para o desenvolvimento e erradicação da pobreza e acabar com a inviabilidade, discriminação e desigualdade em que as mulheres foram colocadas. Essa é uma tarefa que não depende somente do estado, mas da sociedade mobilizada de forma propositiva. No entanto, não abrimos mãos das nossas tarefas de alçar as mulheres brasileiras à condição de igualdade no mundo do trabalho, na política, na economia e direitos. São condições que determinam, em muito, a erradicação da pobreza e miséria e isso interessa a todos.

A aplicação das políticas para as mulheres encontra muitas barreiras para a sua efetivação nos estados e municípios, onde os instrumentos de aplicação das políticas ainda são frágeis e pouco eficientes. Como reverter isso e garantir que essas políticas tenham efeito na vida concreta das mulheres?

Estamos demandando esforços para incluir no PPA - Plano Plurianual, as políticas para as mulheres, para que sejam políticas de estado. E, também, repactuar com prefeitos e governadores a efetivação dessas políticas, pois é lá, nos municípios, que elas tomam concretude e mudam a vida das mulheres. Isso requer uma maior aproximação e diálogo. O que será reforçado pela mobilização nos municípios e estados para a 3ª Conferência Nacional das Mulheres. A Conferência vai avaliar o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, mas o seu processo de construção será também muito importante. Pois vai estabelecer nos municípios e estados o debate sobre as políticas locais e articulá-las com as políticas nacionais. E envolverá de forma propositiva todos os atores, movimentos e organizações sociais. Com isso, todos ganham e estamos pondo muita fé e arregaçando as mangas para uma grande jornada de trabalho que vai, com certeza, qualificar o diálogo e as ações em prol das mulheres brasileiras. ★

A 3ª Conferência Nacional das Mulheres vai avaliar o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Seu processo de construção será muito importante, pois vai estabelecer nos municípios e estados o debate sobre as políticas locais e como articulá-las com as políticas nacionais.

Carta aberta a Jair Bolsonaro

*Rodrigo César**

Racista, machista e homofóbico como você é, não espero que reflita sobre as consequências práticas de suas declarações.

Deputado,

Sua participação em um programa de televisão no final de março gerou grande discussão nacional a respeito da violência, da intolerância e do preconceito. Na ocasião e depois, quando manifestou seu "direito de resposta" no mesmo programa, você reiterou seu pensamento a respeito de assuntos variados, em geral fortemente vinculados aos direitos humanos. Aliás, este é o tema de uma comissão da qual você é membro na Câmara Federal por indicação de seu partido.

Não por acaso, suas declarações a respeito da tortura praticada durante a ditadura militar foram feitas na semana em que o golpe militar de 1964 completou 47 anos. A impunidade daqueles que cometeram crimes contra a humanidade e a clausura dos arquivos históricos das Forças Armadas impedem que o povo brasileiro acerte as contas com sua própria história e estabeleça um regime democrático nos dias de hoje. Enaltecedor que é de ditaduras e presidentes como Médici, Castelo Branco e Geisel, não espero que você valorize a história do povo brasileiro nem a democracia. Apenas digo que uma pessoa disposta a aplicar medidas enérgicas análogas à tortura em eventual represália ao próprio filho não é capaz de respeitar a vida.

Em defesa do que considera "bons costumes", você se opõe radicalmente às relações homoafetivas. Em tese, você está apenas usando de seu direito de liberdade de expressão. Na prática, contudo, você hostiliza e violenta a população LGBT. Em 2010, 260 homens e mulheres foram mortos em decorrência da homofobia, o que representa um aumento de 31% em relação ao ano anterior e de 113% em relação a 2007. Portanto, não se trata apenas de compartilhar opiniões com agressores e assassinos, o que supostamente te isentaria de qualquer responsabilidade, mas principalmente de estimular a escalada da onda de ódio que os orienta. Uma pessoa que representa politicamente a ideologia que fundamenta este tipo de ação não é capaz de respeitar a vida.

Sorridente, você afirmou que já havia dado tapas em sua esposa. Atualmente, no Brasil, 40% das mulheres afirmam já terem sofrido algum tipo de violência, sendo que 16% disseram já terem levado tapas, empurrões ou foram sacudidas. Com exceção das modalidades de violência sexual e de assédio, em todas as demais modalidades de violência o parceiro (marido ou namorado) é o responsável por cerca de 80% dos casos reportados. Ou seja, você não só faz parte desta triste estatística como também contribui para manter e reproduzir uma cultura machista e patriarcal que ao longo de séculos tem mantido a população feminina em situação de maior pobreza, vulnerabilidade e opressão em relação aos homens. Uma pessoa que acha graça da violência contra uma mulher não é capaz de respeitar a vida.

Perguntado sobre o que faria "se seu filho se apaixonasse por uma negra", você afirmou que está imune ao que considera um "risco". Ao tentar se defender da justa acusação de racismo, se utilizou do seguinte argumento: tenho um negro como cunhado, portanto, não sou racista. Ora, o parentesco com uma pessoa negra não prova nada. A história brasileira tem sido marcada pela coexistência das relações de parentesco entre brancos e negros com o profundo preconceito decorrente do escravismo baseado na segregação racial. São fenômenos sociais e históricos que não se anulam.

Ademais, ao vincular questões raciais com "promiscuidade" você reproduz e reforça a permanência histórica do racismo, que se utilizava da discriminação étnica e cultural para justificar processos ditos "civilizatórios", no qual se deveria estancar a influência indesejada de supostos "maus costumes" da população negra em nome dos ditos "bons costumes" que, assim como você, eram hipocritamente pregados por proprietários de escravos que recorrentemente praticavam atos de violência sexual e assédio contra as mulheres negras.

Racista que é, não espero que você reconheça nas suas declarações a presença deste tipo de preconceito racial, étnico e cultural que envergonha a nossa história. Uma pessoa que segue reverberando os ecos deste passado escravista não é capaz de respeitar a vida.

Nos polêmicos debates durante o chamado "referendo das armas", em 2005, você foi uma das lideranças na campanha contra a mudança na legislação para proibir o comércio de armas de fogo e munições, defendendo a manutenção da legislação atual sob a alegação de que " a população de bem, a que compra arma legal, que a usa para sua legítima defesa e de sua família" ficaria desprotegida ao ser desarmada sem que antes se desarmassem os criminosos. Na ocasião, sua página na internet também alegava que a mudança na legislação "não reduzirá o número de armas no país, ao contrário, aumentará o número de armas ilegais".

Pelo visto, além de tudo, você ignora que a indústria armamentista inicia com a produção legal de armas e que, portanto, o início da circulação de armamentos é igualmente legal. Ignora, portanto, que o comércio ilegal destas armas e munições decorre do escoamento do contrabando proveniente da circulação legal, estando ambos diretamente vinculados e indissociáveis. Ignora que a produção de armas depende, portanto, tanto da venda legal quanto ilegal de seus produtos e que as medidas visando dificultar ambas as formas de circulação fazem diminuir a presença de armas na sociedade.

No dia 7 de abril, uma tragédia assolou o Rio de Janeiro. Na escola em que havia estudado, um jovem matou pelo menos 12 crianças e feriu muitas outras, algumas em estado grave. Wellington Menezes de Oliveira, o assassino, utilizou dois revólveres, cuja procedência está sendo investigada.

Você não tem nenhuma responsabilidade direta com o ocorrido. Mas sua aguerrida campanha pelo voto "não" naquele plebiscito, fundamentada na cultura da violência e não da paz, foi vitoriosa, o que tem favorecido a continuidade da circulação legal e ilegal de armas de fogo e munições, que tanto sofrimento tem causado. Teoricamente em defesa da vida e do desarmamento, na prática você fez manter a oferta de um produto cuja utilidade não é nenhuma outra senão violentar e matar. Uma pessoa que favorece o comércio de um produto mortífero não é capaz de respeitar a vida.

Obviamente, antes de tudo, é preciso compreender o que de fato ocorreu em Realengo. Para isso, também vem sendo analisada a trajetória de Wellington para saber se haveria, entre outros fatores, um histórico de discriminação e opressão que pudesse ter alguma relação com este comportamento criminoso. Até o momento, a investigação tem confirmado esta hipótese.

Preconceito e intolerância são violência, cuja reação pode ser tão ou mais violenta, moral ou fisicamente. Racista, machista e homofóbico como você é, não espero que reflita sobre as possíveis repercussões e consequências práticas que a violência de suas declarações podem acarretar. Quer oapenas lhe dizer que uma pessoa que tem a discriminação, o ódio e a violência como conduta e como bandeiras de um mandato parlamentar não é capaz de respeitar a vida.

Deputado, ao menos uma vez, faça algo a favor aos direitos humanos: se entregue, vá para a prisão e permaneça atrás das grades. Assim a humanidade poderá se proteger de você. ★

***Rodrigo Cesar** é estudante de História e militante do PT.

Líbia: não há solução militar externa

*Max Altman**

Os Estados Unidos, com suas contas em desordem, obrigou que seus aliados, desta vez, paguem a fatura.

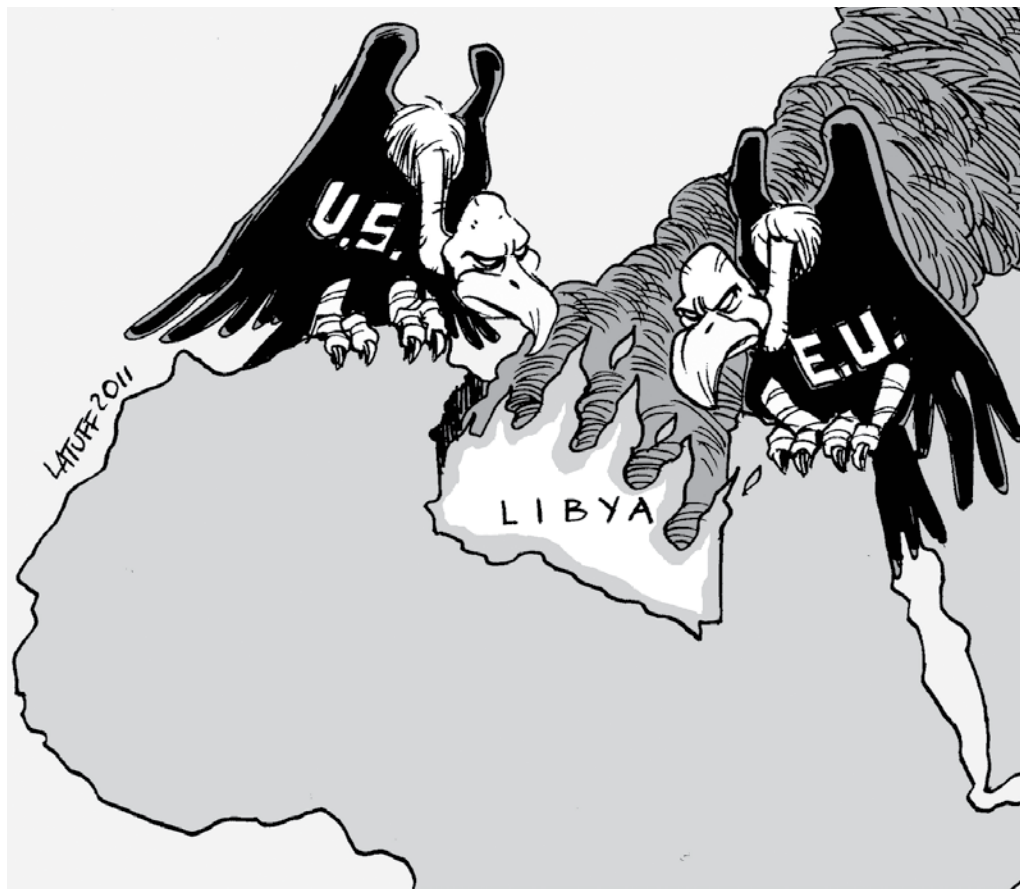
A poderosa aliança militar ocidental, com o que há de mais moderno em armamentos, e com carta branca para agir à vontade, já fala abertamente, passado quase um mês de operações, em negociação política. "Não há solução puramente militar para a crise na Líbia", afirmou o secretário-geral da OTAN, Anders Fogh Rasmussen. Ou seja, impasse à vista.

A França e o Reino Unido se incumbem do "essencial" do esforço da coalizão imperial para fazer aplicar a resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Líbia, lamentou o Ministro da Defesa francês, ante a Assembleia Nacional. Os Estados Unidos, com suas contas em desordem, obrigou que seus aliados desta vez paguem a fatura.

A OTAN, encarregada por Washington, Londres e Paris, de conduzir a guerra contra Trípoli, reclama agora da falta de recursos, especialmente depois que os Estados Unidos retiraram os aviões A-10 e AC-130, especializados no bombardeio a tanques e veículos militares e capazes de atacar com precisão cirúrgica – "e sem causar baixas civis" as unidades do ditador Kadafi, "que foram escondidas em regiões povoadas."

Resoluções da ONU

Na reunião realizada em 14 de abril em Berlim, com a presença dos chanceleres dos 40 países membros da aliança atlântica, o sr. Fogh Rasmussen enumerou as ações da organização militar nas primeiras três semanas de intervenção militar. Além de reclamar que faltam os tais aviões com precisão cirúrgica, afirmou que até agora foram realizadas mais de 10 mil operações. Esperavam derrocar o regime de Kadafi em uma ou duas semanas, com essas milhares de operações e o líder líbio, no entanto, pôde circular, nesse mesmo dia, pelas ruas da capital Trípoli com o corpo para fora do teto solar de um veículo utilitário.

A resolução 1973 estabelece basicamente duas condições: exclusão aérea e levar a efeito todas as medidas necessárias para proteger a população civil a par das ações humanitárias. Nicolas Sarkozy, David Cameron, Hillary Clinton além de alguns países árabes defendem abertamente a entrega de material bélico aos rebeldes. Isto está terminantemente vedado pela resolução 1970 da ONU. Trata-se de uma cínica intervenção numa guerra civil em que se transformou o conflito líbio. Essas mesmas figuras insistem em derrocar Kadafi e seus filhos do poder, afirmando que a saída deles abreviaria a solução do problema líbio. Isto também não está previsto nas resoluções.

Quanto à exclusão aérea, os comandantes franceses afirmaram logo no primeiro dia da intervenção – e eles se anteciparam aos ataques – que os Rafale havia destruído grande parte do poderio aéreo de Kadafi. Em seguida centenas de mísseis Tomahawk de precisão cirúrgica foram lançados de navios norte-americanos estacionados no Mar Mediterrâneo que destruíram pistas de pouso, torres de controle e hangares, praticamente eliminando a capacidade de aviões líbios alçarem vôo. Exclusão aérea virtualmente concluída. Não se teve notícia, posteriormente, que algum avião líbio tivesse realizado qualquer ataque.

Não houve esforços para que a ação se limitasse à instituição de uma zona de exclusão, ou mesmo para que se mantivesse nos limites mais amplos da Resolução 1973. O triunvirato imediatamente interpretou a resolução como se autorizasse uma participação direta ao lado dos rebeldes. Um cessar-fogo foi imposto às forças de Kadafi, mas não aos rebeldes. Pelo contrário, receberam apoio militar enquanto avançavam para oeste, assegurando logo os maiores recursos da produção de petróleo da Líbia.

Ação beligerante

A flagrante inobservância da Resolução 1973 da ONU, desde o começo, causou algumas dificuldades para a imprensa, pois tornou-se muito evidente para ser ignorado. No New York Times, por exemplo, Karim Fahim e David Kirkpatrick se perguntaram "como os aliados podem justificar ataques aéreos às forças do coronel Kadafi ao redor de [seu centro tribal] Surt, se, como parece ser o caso, elas gozam de apoio generalizado na cidade e não representam ameaças aos civis"? A TV estatal líbia disse no dia 13, que um ataque aéreo da Otan na cidade de Kikla, ao sul da capital Trípoli, matou civis e membros das forças policiais. ⇨

Um médico que cura só os amigos e não os inimigos é um participante na guerra ou um cúmplice. Uma organização que protege os civis só de um lado e não os do outro não é humanitária, mas sim beligerante.

E o que dizer das preocupações humanitárias dos países da OTAN? Ouve-se dos líderes políticos dessas nações que o motivo das ações militares é humanitário. Praticamente todas as ações de força são justificadas nesses termos. Mesmo pelos piores monstros. Hitler, por exemplo, alegou que estava tomando os Sudetos, Tchecoslováquia para acabar com o conflito étnico, proteger a população de origem alemã e propiciar às pessoas os benefícios de uma civilização avançada. Ou que abriu caminho pelo Corredor Polonês para defender a população alemã de Dantzig do "terror selvagem" dos polacos. Os fascistas japoneses na China provavelmente acreditavam que estavam altruisticamente trabalhando para criar um "paraíso terrestre" e proteger as pessoas que sofriam com os "bandidos chineses".

Um médico que cura só os amigos e não os inimigos é um participante na guerra ou um cúmplice. Uma organização que protege os civis só de um lado e não os do outro não é humanitária, mas sim beligerante.

De modo que não há nada de histórico na Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU. Histórica teria sido uma resolução para proteger os civis em todas as guerras, incluindo uma zona de exclusão aérea sobre Gaza, Bahrein, Paquistão e Afeganistão. Mas no mesmo no dia em que se aprovou a resolução 1973, em 17 de março de 2011, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi tema de manchetes de primeira página ao matar civis no Afeganistão, o que, pelo visto, é uma rotina diária.

Crise humanitária

O que está ocorrendo agora na Líbia é uma intervenção na qual se apoia uma parte contra a outra. Isso tem um só nome: guerra.

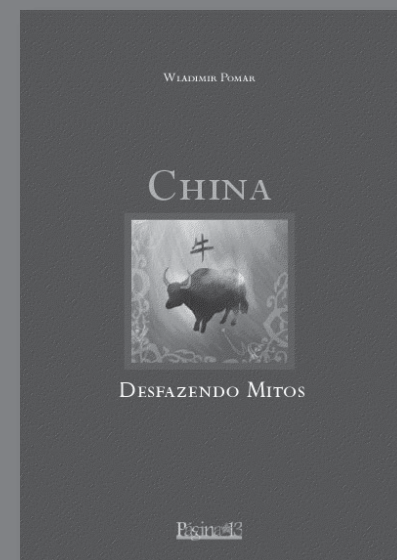
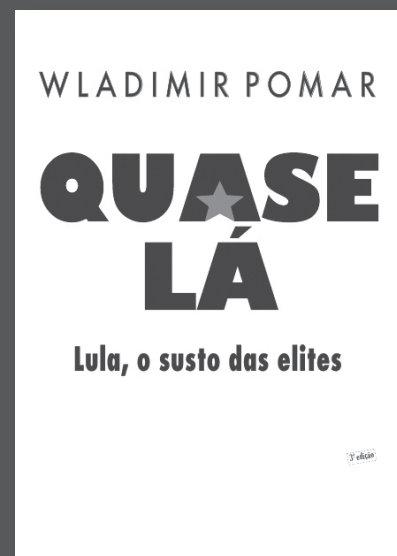
Na Líbia, talvez haja milhões de pessoas que não gostam de Kadafi, mas há também aqueles que, em troca, gostam muito de algumas de suas realizações. O Ocidente corre o risco de se converter em vítima de sua própria doutrina de "um país, uma pessoa" e cometer mais um duradouro e trágico crime contra a humanidade.

A aviação da OTAN na Líbia pode provocar uma crise humanitária e ecológica se atacar com bombas e mísseis o Grande Rio Artificial (GMMR na sigla em inglês), informou o portal Web EurActiv. GMMR é o maior sistema de tubulações do mundo que abastece com água a agricultura no Saara central e provê com água potável a mais de 70 por cento da população líbia. O comprimento total das tubulações alcança 4 mil quilômetros. A Líbia gastou na construção do sistema 23 bilhões de euros. O GMMR extrai água doce dos aqüíferos subterrâneos do Saara que se encontram a uma profundidade de 600-800 metros. Atualmente a água doce é transportada via tubulações às regiões norte onde reside a maioria dos habitantes. Segundo o diretor do GMMR, Abdelmajid Gahoud, um ataque da aviação da OTAN contra a rede pode danificar toda a infra-estrutura, resultando em que 4,5 milhões de líbios fiquem sem água. Gahoud conclama a coalizão internacional sob o comando da OTAN deter os bombardeios nos arredores das cidades de Brega, Ajdabiya e Bengasi atravessados pelas tubulações do GMMR. O "oceano" subterrâneo de água doce foi descoberto nos anos 1950 durante a exploração petroleira. O projeto do Grande Rio Artificial foi concebido em 1960 e se viu realizado em 1984.

Os países do BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – reunidos agora em Sanya, China, condenam o uso da força na Líbia e defendem a diplomacia e a negociação para solução do conflito que dilacera o país árabe. Na declaração aprovada, os cinco líderes se dizem extremamente preocupados com a turbulência no Oriente Médio e no Norte da África. "Nós compartilhamos o princípio de que o uso da força deve ser evitado. Nós reafirmamos que a independência, a soberania, a unidade e a integridade territorial de cada nação devem ser respeitadas".

"Segundo o chanceler Antonio Patriota, até a África do Sul que votou a favor da resolução, acredita que é o momento de se voltar a um esforço diplomático".

Serão os BRICS capazes de deter o braço armado da OTAN, chamando as partes interessadas a uma mesa de negociações? ★

***Max Altman** integra o coletivo da Secretaria de Relações Internacionais do PT. Este artigo foi escrito no dia 15 de Abril de 2011.

Na rua e no parlamento, pela reforma agrária

*Valmir Assunção**

O mês de abril é conhecido pela concentração de mobilizações promovidas pelo MST em sua Jornada de Lutas por Reforma Agrária. A Jornada é realizada em memória dos 21 Sem Terra que foram assassinados no Massacre de Eldorado dos Carajás, durante uma operação da Polícia Militar do Estado do Pará, no dia 17 de abril de 1996. Depois de 15 anos, nenhum dos responsáveis pelo Massacre foi punido.

Em Brasília, meu mandato e o mandato do deputado Marcon (PT-RS) organizamos a realização de um grande ato político na Câmara dos Deputados, em homenagem aos militantes mortos no Massacre. Lideranças sindicais, dos movimentos sociais da Via Campesina e da Fetraf se fizeram presentes para reavivar a mística dos que lutam pela terra, em busca de justiça social para o nosso País.

Fomos cerca de 20 mil famílias mobilizadas em todos os Estados em que o MST é organizado. Mais de 80 ocupações de latifúndios, mobilizações em pelo menos 14 sedes do Incra, além de acampamentos, debates, audiências públicas, ações em órgãos públicos estaduais responsáveis pela questão agrária.

O MST reivindica que o orçamento preveja o assentamento de 100 mil famílias hoje acampadas pelo País, além da arrecadação das terras públicas e das que foram encontradas trabalho escravo ou crime ambiental. A criação de um programa de regularização da dívida dos assentados também é outra pauta apresentada pelo Movimento. A educação no meio rural é prioridade: segundo dados do Movimento, mais de 24 mil escolas do campo foram fechadas.

Articulamos, com a ajuda da Bancada da Reforma Agrária dentro da Câmara, uma série de reuniões com os ministérios e órgãos responsáveis. Em uma semana, fomos recebidos pelo MEC, pelo MDA, pelo MDS e pelo Incra, onde levamos a demanda de cerca de 100 mil famílias acampadas, além dos milhares de assentados que precisam de assistência técnica, créditos para a produção e para habitação. Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, respondeu que até maio as pautas serão respondidas.

A Reforma Agrária e as políticas públicas envolvidas são uma responsabilidade e uma dívida do Estado brasileiro com os milhares de trabalhadores rurais deste País.

A Reforma Agrária e as políticas públicas envolvidas são uma responsabilidade e uma dívida do Estado brasileiro com os milhares de trabalhadores rurais deste País. A presidenta Dilma tem como meta a erradicação da pobreza. No campo, essa meta depende da realização da reforma agrária.

A presidenta Dilma tem como meta a erradicação da pobreza. No campo, essa meta depende da realização da reforma agrária.

De acordo com a Pnad, a insegurança alimentar é maior na área rural do que na urbana. Enquanto 6,2% e 4,6% dos domicílios em área urbana apresentavam níveis moderado e grave de insegurança alimentar, respectivamente, na área rural a proporção é de 8,6% e 7%. Portanto, o governo não pode deixar em segundo plano as políticas de democratização da terra, somado a um programa que contemple a criação e a manutenção de agroindústrias nos assentamentos, sob uma nova matriz de produção agrícola.

O modelo do agronegócio não cabe em um mundo onde buscamos a preservação do meio ambiente, emprego, cidadania, saúde. O agronegócio se sustenta no latifúndio, na venda de commodities que não garantem a alimentação da nossa população, no uso exagerado de agrotóxicos e ainda expulsam o trabalhador do campo, quando não o escraviza.

A luta dos trabalhadores rurais é legítima e justa. O Artigo 184 da nossa Constituição Federal nos diz que as terras consideradas improdutivas devem ser desapropriadas para a reforma agrária. Ninguém é sem terra por opção e muito menos passa meses e anos sob uma barraca coberta por lona preta, à beira das estradas, porque quer, mas sim porque sabe que é só através da luta que o povo consegue resultados concretos. Os dados governamentais dizem que 80% das áreas já destinadas à Reforma Agrária são áreas que, anteriormente, eram alvo de mobilização social.

Foi em nome desta luta que, enquanto assentado da reforma agrária e deputado militante do MST, apresentei o projeto que exige a atualização dos índices de produtividade do campo. É inadmissível que, com tantos avanços na agricultura, com tantas notícias de recordes em safras, com tantos créditos que o Estado dá ao agronegócio, que continuemos com os mesmos índices que datam de 1975, da época da ditadura militar.

A atualização dos índices é uma reivindicação histórica dos movimentos sociais e sindicais do campo. A primeira proposta de atualização foi formulada pelo MDA e pelo Incra apenas no primeiro mandato do governo Lula.

A Lei já prevê a periodicidade da atualização dos índices. E para que isto não dependa exclusivamente da vontade subjetiva das autoridades, que têm a competência legal para editar os Atos Administrativos, é que propomos, também, a aplicação do artigo 319 do Código Penal, caracterizando como crime de prevaricação a não edição do ato normativo.

A jornada de lutas do MST se deu na rua e no parlamento. A exemplo do nosso companheiro Adão Pretto, estamos mostrando que é preciso a organização popular para que diminuamos as desigualdades e tornemos o nosso país mais justo. ★

***Valmir Assunção** é deputado federal pelo PT e militante do MST-BA